

A UTOPIA REVOLUCIONARIA DE MANOEL BOMFIM: NA OBRA O BRASIL NAÇÃO.

Luiz Carlos Bento¹

RESUMO: Este artigo parte de uma interpretação sobre a última obra da trilogia historiográfica de Bomfim, *Brasil Nação: Realidade da Soberania Brasileira*, para pensar a partir da produção historiográfica do autor uma guinada temática que vai da educação a revolução. Tendo como norte a busca da compreensão do lugar de uma teoria da revolução em seu pensamento. Embora uma postura crítica em relação ao passado brasileiro esteja presente desde seus primeiros textos, será apenas nessa obra, produzida sob condições penosas de saúde que a ideia de revolução irá ganhar força em seu pensamento, recebendo por parte do autor toda uma carga subjetiva, pois neste conceito será depositada toda uma expectativa para a aquisição de um futuro mais próspero para o país. Nessa obra, o intelectual sergipano irá abandonar uma perspectiva reformista, presente em seus primeiros ensaios, para propor a revolução como paradigma histórico mediante o qual o povo brasileiro seria capaz de reverter a sua condição de maioria excluída, tanto social, quanto politicamente. Ao longo de sua trajetória intelectual, Bomfim apresentou-se muito mais como um reformista ilustrado do que como um revolucionário radical, porém após constatar em seus ensaios uma situação de degradação moral e cultural que ele considerou como sendo inerente às elites dirigentes e ao povo, ele passará a propor a revolução como única alternativa histórica de redenção política da nação.

PALAVRAS CHAVES: Nação, revolução e soberania.

ABSTRACT: This article part of an interpretation on the latest work of historiographic trilogy of Bomfim, *Nation Brazil: reality of Brazilian Sovereignty*, to think from the historiographical production of the author a thematic twist from the education revolution. With the North seeking the understanding of the place of a theory of revolution in your thinking. Although a critical stance towards the past Brazilian is present since their first texts, will be just that, work produced under burdensome health conditions that the idea of revolution will gain strength in their thinking, getting by the author a whole load subjective, because this concept will be deposited all expectations for the acquisition of a more prosperous future for the country. In this work, the intellectual sergipano will abandon a reformist perspective, present in his early essays, to propose the revolution as a historical paradigm whereby the Brazilian people would be able to reverse his condition of most excluded social, as politically. Throughout his intellectual trajectory, Bomfim performed more like a reformer illustrated than a revolutionary radical, but after stating in his essays a situation of moral and cultural degradation that he regarded as being inherent in ruling elites and the people, he will propose the revolution as the only alternative to the nation's political redemption.

KEYWORD: Nation, revolution and sovereignty.

No desenvolvimento de sua obra historiográfica, Manoel Bomfim defendeu a necessidade de romper com os males herdados pela formação ibérica, como uma necessidade para superação dos problemas sociais que marcavam a sociedade brasileira. Em sua primeira grande obra historiográfica destinada a pensar a realidade latino-americana e publicada em 1905. Após apontar os males da formação colonial, entendendo-os como a principal causa para a explicação do atraso social da América Latina, ele vai propor como alternativa possível

¹ Professor adjunto de Teoria da História e Historiografia Brasileira na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPCX. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia Brasileira.

para a superação desta condição uma solução ilustrada, ou seja, irá defender uma reforma social que garantisse a maioria da população acesso há uma educação popular que fosse capaz de formar a consciência dos indivíduos e que garantisse aos brasileiros a condição de participar de um processo democrático.

Embora a análise ao longo de sua obra *América Latina Males de Origem*, seja crítica e radical, sugerindo em diversos pontos à necessidade de uma ruptura completa com o nosso passado colonial, a solução final apontada pelo autor é de certa forma branda, quando comparada com a voracidade de suas críticas ao parasitismo das elites portuguesas no Brasil. Intérpretes da obra bomfiniana tais como Darci Ribeiro (2005) e José Carlos Reis (2006), sugerem que esta solução ilustrada seja uma contradição de sua obra, pois ao longo de sua avaliação da composição da sociedade brasileira, Bomfim demonstra que as elites herdeiras do parasitismo ibérico estavam preocupadas apenas em manter os seus privilégios e de forma alguma permitiriam que houvesse alguma solução política, que privilegiasse o povo, que segundo Bomfim vivia espoliado, sob o julgo de um estado alheio às necessidades reais do país.

Ao longo de sua obra, Bomfim pinta um quadro do Brasil, onde as elites políticas e o Estado Brasileiro são apresentados como: herdeiros “degenerados” de um passado social nefasto, que deveria ser negado (superado historicamente), para que pudéssemos afirmar o nosso desenvolvimento, desta forma, ao apresentar a educação como solução para os problemas de nossa formação, o sergipano de certa forma esvazia o conteúdo de suas críticas as elites políticas e demonstra uma crença na possibilidade de buscar uma solução institucional para esse atraso social.

A tese do parasitismo social de Bomfim foi exposta pela primeira vez na crítica ao compendio de história da América de Rocha Pombo, ainda no século XIX e foi aprofundada e amadurecida na obra *América Latina Males de Origem* que foi iniciada na França em 1903 e finalizada no Rio de Janeiro no ano de 1905. O parasitismo social enquanto uma categoria de análise desenvolvida por Bomfim numa clara aproximação com a obra de Marx tornou-se um paradigma que lhe permitiu falar de acontecimentos comuns ao seu meio social, dando-lhes uma conotação alegórica que lhe permitia pensar as cadeias de relações de dominação entre as classes sociais e entre as nações periféricas e centrais.

Seguindo uma análise já consagrada de Ronaldo Conde Aguiar (1999), podemos perceber que Bomfim construiu uma metáfora para o que ele entendia como sendo o eterno conflito dos excluídos e espoliados contra a exploração dominante. Esta análise permitiu-lhe compreender a lógica do conceito de imperialismo, buscando desvendar os seus efeitos tanto no plano externo quanto no plano interno. Visto por este prisma de análise, o conceito de parasitismo é mais que uma simples linguagem ou analogia tomada do biologismo, ele era um importante instrumento de análise que lhe permitiu pensar a vida social do país de forma autêntica, cuja ascendência e a proximidade com as ideias de Marx são claramente identificáveis. Para Bomfim as marcas deste passado desigual e marcado por uma relação de exploração unilateral permaneceram de forma quase que indelével na história do Brasil

Essa influência de caráter, geral do parasitismo da metrópole sobre o organismo das colônias, alcança todas as manifestações da vida coletiva no seu quádruplo aspecto: econômico, político, social e moral (...) são os efeitos econômicos os mais sensíveis neste regime de colonização parasitária. Pode-se mesmo dizer que são os efeitos primordiais, aos quais se ligam os outros como efeitos secundários. Em si, o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo em geral, é um fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social (BOMFIM, 2005 p. 310).

Embora o conteúdo mais primordial de sua reflexão esteja ancorado em uma metáfora de natureza organicista. Bomfim fez um esforço sensível em sua obra para distinguir o biológico do social, traçando uma distinção entre estes dois campos e negando de forma clara qualquer possibilidade de identidade ou de paralelismo entre estas duas realidades. Esta distinção é fundamental em sua obra, pois lhe permitiu escapar do pessimismo e do determinismo das teorias que eram correntemente aceitas em sua época. Ele não entendia os males de nossa formação como incuráveis, para o sergipano esta situação poderia ser superada por meio da luta contra inúmeras formas de exploração que mantinham o atraso do país.

Ao longo de sua vida, Bomfim foi sempre um visionário da educação, e nunca deixou de acreditar no seu caráter transformador da personalidade humana e na sua importância como elemento fundamental para a solidificação de uma tradição nacional, mas após acompanhar as mazelas políticas e o descaso das elites tanto imperiais quanto republicanas em relação à educação, o sergipano irá gradativamente abandonar a sua perspectiva ilustrada e defender uma ação revolucionária, abrangente e radical, que fosse capaz de substituir pessoas e instituições e formasse as bases de uma nova sociedade democrática e popular.

No período que se estende entre 1929 e 1931, Manoel Bomfim irá publicar a sua trilogia historiográfica de maturidade, que como ele mesmo afirmou, visava o

desenvolvimento de um mesmo pensamento, mas que quebrava a perspectiva social e política anteriormente defendida em *América Latina Males de Origem*, pois para ele não era mais possível pensar os destinos do Brasil dentro dos planos da normalidade. Em sua obra *O Brasil Nação; Realidade da Soberania Brasileira* publicada em 1931, ele abandonará esta perspectiva reformista propondo a revolução como paradigma histórico para o povo brasileiro.

Nesta obra, Bomfim apresenta o estado brasileiro como um estado fundamentado em características primitivas “dominantes/dominados”, ou seja, um estado que existe como um poder de opressão, obrigando a massa proletária a produzir em proveito dos dominantes, sustentando esta dominação em um arcaico aparelho político que dentro de cada nação onde o capitalismo tornou-se dominante, tornou a paz dependente das vontades políticas dos dirigentes, causando assim um precário equilíbrio diplomático que culminou no desastre da primeira grande guerra mundial.

Nesta análise, o intelectual sergipano faz um balanço das condições políticas mundiais que se figuraram no pós-guerra, apresentando um mundo composto por dicotomias entre dominantes e dominados, vencedores e vencidos. Desenvolvendo esta análise ele apresenta como consequência da primeira guerra o desaparecimento necessário de regimes políticos já condenados, como o ksarismo e o Kaiserismo, o que significava para ele uma evolução política importante, porém os dirigentes dos países vencedores com uma política mesquinha impediram que o fim de tais regimes significasse uma verdadeira evolução de valores. Segundo Bomfim;

Na mentalidade de espoliadores verdugos, gozando torpemente a vitória, os estadistas das grandes potências tudo fizeram para reduzir o mundo a seus interesses baixos, de pura espoliação. Unidos para combater, no repartir dos despojos, ei-los vis salteadores, largando-se uns dos outros, deixando ao ridículo a pobre liga de nações que fizeram (BOMFIM, 1996, p. 45).

Ao longo do desenvolvimento deste balanço o autor busca demonstrar, os interesses capitalistas de países como a Inglaterra, França, e Itália que segundo Bomfim estavam interessados em estender seus domínios e tirar o maior proveito possível através de indenizações da Alemanha. Como culminância desta análise da situação política da Europa, Bomfim conclui que a democracia enquanto uma forma mais elevada de governo afasta um pouco o grande mal, mas não o elimina por completo e não dá à forma definitiva de direção política, pois embora a democracia garanta uma facilidade de renovação dos governantes, ela

não consegue escapar do paradoxo de que a maioria que escolhe, nem sempre esta preparada para assumir e entender o peso desta responsabilidade. Fica explicito na leitura de *O Brasil Nação*, que Bomfim percebeu que mesmo em países com maior índice de desenvolvimento humano como os países europeus, o problema da democracia era a facilidade com que uma classe poderia exercer ideologicamente um controle sobre a opinião do povo.

Sua análise em relação à situação de analfabetismo do povo brasileiro, abandonado a sua própria sorte ao longo de séculos de exploração colonial é contundente, pois para ele a superação de nosso atraso educacional era um problema emergencial e ao mesmo tempo afigurava-se como o principal caminho para superarmos a nossa condição de nação periférica. Na perspectiva do intelectual sergipano, uma nação é quase sempre a imagem do seu povo. Se este mesmo for predominantemente “ignorante e não instruído”, atrasada, bárbara e fora do progresso será a nação, se ao contrario o povo for instruído e culto à nação tende a ser adiantada e prospera. Como demonstrado anteriormente, Bomfim entendia a instrução e o progresso como sendo elementos interligados e interdependentes. Este era para ele um preceito aceito e indiscutível, pois se fundamentava no entendimento de que o ser humano é educável e adaptável por excelência.

Em um país como o Brasil, onde a maioria da população não tinha acesso à educação e conseqüentemente não possuía uma consciência política, ainda estávamos longe de conseguirmos um estado verdadeiramente democrático. Situação esta, que deu origem a um estado que significava para ele, nada mais que a conquista e a exploração do poder de uma classe em relação a outras. Esta política tradicional em formas democráticas converteu os políticos em maus apóstolos que desenvolviam e mantinham uma dualidade, pois a nação entendida como a solidariedade de interesses e necessidades do povo, era contraria a forma de organização política e social mantida pelos dirigentes de forma parasitária.

Bomfim faz uma breve retrospectiva filosófica, buscando demonstrar o avanço do espírito humano, citando Heráclito, Aristóteles, Rousseau, Kant e Hegel no intuito de demonstrar que o domínio do homem sobre a vida é uma característica tipicamente moderna que realçam o quanto a humanidade evoluiu e aprendeu com o legado das produções humanas.

Com o avanço dos conhecimentos humanos em relação ao mundo e a natureza, o homem assenhoreou-se do seu próprio destino, e como a essência da psique humana é

eminentemente social, seria fácil para o homem moderno a conquista da plena realização social garantida através da conquista da solidariedade pela justiça. Seria, se a sociedade não estivesse dividida em interesses antagônicos de exploradores e explorados, dirigentes e dirigidos.

Bomfim elege como o principal responsável por este visceral antagonismo, o capitalismo que se alimenta da incapacidade moral dos dirigentes, que são apresentados na sua obra como os responsáveis últimos pelas misérias do país. Por toda parte (1996), os dirigentes encarnam uma tradição que lhes são próprias, em filiação direta da barbárie guerreira, e que, desta forma, os deixaram distantes das legítimas aspirações humanas, deixando-os alheios as necessidades mais frisantes da vida moderna, nos assuntos que não dizem respeito à promoção de suas riquezas pessoais ou classistas. Por isso segundo Bomfim “*chegamos a essa inexplicável situação de miséria por sobre a abundância, a frescura e a pujança, de energias quais são as do Brasil*” (BOMFIM, 1996 p. 51).

Bomfim relata de forma apaixonadamente indignada, que o Brasil é um país que possui inúmeras riquezas e possibilidades de expandir-se enquanto nação desenvolvida, mas isto não ocorre em função da continuidade em relação ao nosso passado colonial, que pode ser sentido no utilitarismo e na inépcia das elites políticas brasileiras;

Portento em vida, no entanto, este Brasil! Nasce, e é, desde logo, votado à gula dos seus dirigentes mais vorazes e torpes, em que se degradou um heroísmo torvo, gerado em mercancia. E o milagre se repete, pois é milagre, que subsista uma nação sugada por dentro e por fora, retida, anulada em todos os seus bons impulsos, aviltada sempre pelos que a representam, feita na atividade má, e na ignomínia do trabalho escravo, devorada em vez de ser dirigida...e que, apesar de tudo, cresceu, e trabalhou, e produziu, num trabalho que deu para todos que a exploram (BOMFIM, 1996 pp.51-52)

Nesta passagem podemos perceber que o Estado Brasileiro na perspectiva histórica de Bomfim, ganha adjetivações de uma instituição alheia aos sentimentos e carências da população brasileira, afigurando-se como uma verdadeira *monstruosidade antinômica* em relação ao povo, *arbitraria, corruptora, antieconômica, incoerente* e injusta em relação às possibilidades de desenvolvimento do Brasil. Um Estado controlado por políticos, que o sergipano considerava como sendo totalmente incapazes de realizar a grande obra que deveriam esforçar-se por fazer, ou seja, contribuir politicamente para corrigir os males de nosso passado e integrar o Brasil no rol das nações verdadeiramente modernas. Ao longo de sua trajetória intelectual, Bomfim apresentou-se muito mais como um reformista ilustrado do

que como um revolucionário radical, porém após constatar esta situação de degradação, que ele entendia como sendo definidora da realidade da soberania brasileira, ele passará a propor um levante popular como forma de redenção política da nação.

Em seus estudos e ao longo de sua própria experiência de vida, ele constatou que o Império protelou a democracia alegando que não havia povo educado para exercê-la e mesmo depois de sete décadas de realeza não houve o preparo educacional necessário para que isso viesse a acontecer. A república por sua vez afastou-se ainda mais da necessária educação das massas brasileiras, portanto de acordo com a perspectiva do sergipano, não haveria por que esperar mais, já ficava claro e evidente que inexistia a possibilidade de se encontrar uma alternativa política, institucional e até mesmo pacífica para romper com a inaceitável situação de exploração ao qual estava submetido o povo brasileiro. Esta situação de subalternidade ocorria em dois níveis bem distintos em termos geopolíticos, mas complementares na lógica da exploração capitalista. No plano interno o povo era aviltado pelas elites políticas que controlavam o país ao bel prazer de suas opções de classe, e no plano externo a nação brasileira sofria com as investidas imperialistas de nações desenvolvidas como os Estados Unidos e as potências capitalistas europeias.

O projeto revolucionário de Bomfim tem o povo como protagonista histórico que deveria buscar nos ânimos brasileiros, dons de inteligência e de coração para uma vida mais elevada e digna do que a sorte que lhes havia sido imposta. Esta afirmação evidência um problema, visto, que o povo não estava preparado para assumir conscientemente esta responsabilidade de exercer o seu papel de motor da revolução social. Bomfim aposta numa espécie de despertar, não de consciências no sentido estrito do termo, mas em uma situação de negação radical que produziria uma antinomia e uma descrença generalizada nas instituições, que seria causada por um despertar quase que inconsciente da situação de exploração de classe levada a cabo pelas elites brasileiras, desta forma, o povo despertaria um sentimento de revolta adormecido, mas alimentado fortemente ao longo de séculos de exploração desumana e predatória. Este despertar ocorreria como uma expressão quase que instintiva em forma de consciência revolucionária, movida por sentimentos essenciais advindos da fome, do amor e da paixão.

Não importa que na base de tudo estejam os mesmos motivos essenciais: fome, amor, compaixão...São estímulos indispensáveis, mas não limitam a socialização a prosseguir. A fome põe a prova a inteligência, para que se multipliquem incessantemente as possibilidades: o amor difusa simpatia, ou intensidade de afeto, lhe

é energia primeira essencial; a compaixão primeira renuncia a animalidade que se eleva...De tal sorte evocada essa base instintiva, temos de reconhecer que a formula nem chega a ser inspiração de programa, tanto se complicam os aspectos, a partir das necessidades primeiras, até as reivindicações de justiça e os anelos de cordial e ilimitada solidariedade (BOMFIM, 1996 p 565).

Segundo Bomfim, esta convulsão social movida por ânimos não claramente definidos, sem extensão de projetos previamente pensados, possibilitaria a substituição das instituições arcaicas que impedem a evolução social, quebrando a lógica pervertida da democracia brasileira, onde a voz da maioria converteu-se na exploração da maioria trabalhadora, formando uma reserva de energias humanas que é o capital. Segundo o intelectual sergipano uma pequena minoria se tornou senhora dele e subordinou o aparelho democrático aos interesses capitalistas. Esta elite, armada por direitos patrimoniais, fazem cumprir em força de lei os seus privilégios, mantendo-os a custa do sacrifício de grande número de indivíduos mantendo-os em uma condição de miséria e exclusão.

O Brasil segundo a interpretação do sergipano possuía condições históricas muito próprias, pois vivia uma situação de época e de local muito específica e que era bem distinta em relação à Europa. Aqui as instituições e as condições de classe ainda não se encontravam plenamente definidas o que impedia o desenvolvimento de uma consciência revolucionária. Nos países europeus as políticas da burguesia levaram ao pleno desenvolvimento industrial, possibilitando uma percepção mais clara das condições sociais antagônicas dos proletários, que segundo o nosso interprete encontravam-se *“votado a miséria, por isso mesmo que trabalha, assalariado, escravizado economicamente ao capital”* em situação social de clara oposição a burguesia que ele referia-se como, *“os desfrutadores, senhores do capital, e, com ele, dominadores, servidos pela a récu dos parasitas no apanágio das altas funções do Estado”* (BOMFIM, 1996 p 565)..

Esta condição anteriormente descrita, não se apresentava no Brasil, visto que o capitalismo ainda não havia sido plenamente implantado e as condições de classe não estavam plenamente definidas. Esta condição evidenciava na perspectiva de Bomfim, a impossibilidade de uma solução comunista para o caso brasileiro. O protagonista histórico da revolução brasileira, não seria o proletário, mas sim o “povo” que deveria se sublevar primeiramente contra a classe dirigente, vista como um fator constante e até certo ponto preponderante das desgraças do país. O povo, entendido como a grande maioria da nação deveria segundo Bomfim, aproveitar a porta larga aberta para ele pela própria história. Esta deveria ser uma revolução totalmente distinta das anteriores, as quais o sergipano referia-se

como “*sedições e masorcas estupidamente ambiciosas*”, pois, não foram capazes de afirmar a verdadeira transformação da sociedade por meio da superação do passado ibérico, que só poderia ser obtido, a partir da ruptura com a elite e com as instituições historicamente dominantes. O lema seria destruir para construir

Esta revolução deveria ser criadora de liberdades individuais essenciais para o desenvolvimento da justiça social. Ela inicialmente mergulharia a sociedade brasileira numa situação de anomia. Porém este mergulho no “*caos*” seria necessário para que a revolução em forma de convulsão salvadora encontrasse os agentes, propósitos e programas historicamente condizentes com a realidade brasileira.

Ao longo do desenvolvimento de sua proposta de revolução, enquanto alternativa para a reparação dos males de origem da formação brasileira, Bomfim demonstra uma preocupação interessantíssima, pois, aparece de forma latente em sua crítica uma consciência do caráter globalizante do capital, tal qual Marx havia demonstrado em sua obra. De acordo com o intelectual sergipano, ou se fazia a revolução social naquele contexto de início da década de 30, ou poderíamos perder a possibilidade histórica de transformar os futuros da nação, pois segundo ele,

Avança sobre nós, e já nos constringe órgãos importantes, o polvo-capital. Saímos facilmente do seio podre de Portugal; não será dificuldade sensível vencermos o domínio desta oligarquia infecta que nos possui; mas as roscas cheias do capitalismo, se ele aqui assenta o pleno domínio, esmigalhar-nos-ão os membros antes que tenhamos achado a forma da luta eficaz contra elas. Entregues por sua vez a dirigentes a disposição do capital, rendidos definitivamente ao seu prestígio, estamos sem defesa. Valha-nos que por este vasto Brasil, as suas ventosas ainda não alcançaram muito; mas quando ele se estender na proporção das facilidades que encontra, estaremos inteiramente possuídos. Tratando-nos como colônia, o capitalismo estrangeiro tem para nós processos despejados, e mais simples, para efeitos de mais espoliação, e mais dissolventes ainda que nas nações solidamente construídas (BOMFIM, 1996 p 571)..

Bomfim ao analisar o processo de implantação do capitalismo no Brasil chega a uma interpretação similar a de Marx, ao afirmar que o capitalismo tem como necessidade essencial mercantilizar e comercializar tudo, criando uma sociedade essencialmente materialista. Este modelo de sociedade capitalista global era vista pelo sergipano como sendo extremamente danosa para o desenvolvimento das nações neo-ibéricas, pois ela se tornaria “*a desgraça irreparável dos povos nacionalmente mal diferenciados e socialmente mal protegidos*”. Desenvolvendo uma reflexão embasada por Mommsen e Engels, Bomfim conclui que

nacionalismo, capitalismo e justiça social são elementos inconciliáveis, pois o estado saído da sociedade torna-se cada vez mais estranho a ela, personificando somente os anseios do capital tornando-o livre para a realização de todos os crimes que a espoliação capitalista sugere e a ganância dos seres humanos exige.

Bomfim pensou um Brasil, para as classes menos favorecidas e historicamente desprestigiadas ao longo de nossa formação social. Para ele, embora, os verdadeiros brasileiros não aparecessem na história oficial do Brasil, eles constituíam ainda assim uma nação. Este povo que foi escondido pela história oficial do Brasil deveria emergir, e a sua vitória era vista por ele como a única alternativa de se garantir um futuro mais digno para o país. Ao contrário de outros interpretes do Brasil de sua época, Bomfim não enxergava o povo como um entrave para a vida democrática, para ele o povo brasileiro merecia viver em um regime de liberdade democrática, pois ele tendia a solidariedade e era “*cordial e manso*”. Desta forma, era no próprio passado brasileiro, passado este que fora negado e escondido pela historiografia oficial, que estava à indicação de nossa transformação social, pois um povo cordial, solidário e manso nas suas relações, tenderia naturalmente para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, preocupada com a manutenção do bem estar coletivo.

Na perspectiva do intelectual sergipano, a revolução brasileira adjetivada como nacionalista, popular e democrática, representaria um encontro mítico do Brasil com si mesmo, visto que, seria um momento de refundação mítica da nação brasileira. Tal como demonstra José Carlos Reis (2006), Bomfim expressou algo semelhante à leitura de Walter Benjamin no final dos anos 30. Para ele os revolucionários brasileiros em suas autoafirmações históricas deveriam “*escovar a história a contra pelo*” e saldar a dívida com os antepassados, que foram diversas vezes vencidos em seus sonhos de liberdade e independência. O presente deveria resgatar a dívida com seus antepassados e realizar o sonho muitas vezes negado ao povo pelas elites dirigentes e pelos falsos profetas da revolução. Em suas palavras:

O remédio para o Brasil era o povo brasileiro, lembrando-se das revoluções derrotadas, abrir-se ao novo e fundar uma nova política orientada para os que trabalhavam. A humanidade não poderia continuar dividida em espoliados e espoliadores, trabalhadores e dominantes, toda a produção organizada no interesse dos que detinham o capita (REIS, 2006 p. 219).

Na interpretação bomfiniana da formação histórica do Brasil, existem duas tradições essencialmente conflitantes. Uma ele identifica como legítima representante das aspirações nacionais e que foi continuamente atacada pelas elites brasileiras, apresentadas como

herdeiras da estrutura espoliativa da empresa colonial. Esta elite nega a identidade brasileira e se filia a outra tradição (*bragantina*) externa e vinculada à corte e aos vícios associados ao passado colonial. Por isso, ele entendia que no Brasil, a afirmação da nacionalidade só poderia ocorrer com o rompimento em relação aos valores, instituições e práticas sociais cultivadas pelas elites. Que patrocinaram um desenvolvimento histórico profundamente marcado pela submissão, aceitação e passividade perante aos modelos e as influências estrangeiras.

Para ele a nacionalidade é a tradição histórica de cada pátria, que se forma a partir de suas próprias condições históricas e integra-se ao conjunto da humanidade. Sintetizando uma visão da evolução histórica com colorações claramente herderiana, ele vai aferir que os diferentes povos, conquistando separadamente a liberdade e apoiando-se mutuamente na busca da solidariedade e da paz social formaria uma humanidade real. A ação revolucionária na visão bomfiniana da história seria a única força capaz de romper com a supremacia desta tradição antípoda as necessidades brasileiras e reunir de forma harmônica o estado com a nação, integrando a vida política e civil e eliminando a figura do dirigente alheio as necessidades do povo, consolidando uma “nação-estado” democrática, republicana e verdadeiramente soberana.

O intelectual sergipano não passou despercebido em relação às dificuldades de se efetivar uma prática verdadeiramente democrática no Brasil, mas ele acreditava que embora não fosse perfeita, a democracia era o melhor dos regimes políticos por que permite aos indivíduos viverem livres. A liberdade segundo Bomfim é o direito do indivíduo conduzir a si mesmo dentro da sociedade, neste sentido fica visível à importância que ele atribuía a educação, pois para ele, a educação tem o poder de preparar o homem para governar a si mesmo e a reconhecer os seus direitos e deveres que são indispensáveis para vida em sociedade.

Em linhas gerais, o sergipano definiu a democracia e a liberdade como sendo valores universais, essenciais e permanentes, princípios que humanizam e que garantem a especificidade dos seres humanos em relação a outros seres vivos “*é só quando o homem alcança este domínio sobre si que ele é efetivamente livre*” (BOMFIM, 1993 p 338), e que, portanto, não podem ser negados.

Em sua obra *As Identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim*, José Carlos Reis refere-se ao projeto intelectual de Bomfim como sendo “*um otimismo revolucionário ingênuo*”, esta obra apresenta uma narrativa didática e concisa em relação a alguns aspectos da obra do sergipano, mas deixa a desejar pela superficialidade com que algumas temáticas da obra de Bomfim são abordadas. Este é um problema comum em obras que possuem esta proposta analítica de refletirem sobre autores diferentes, situados em tempos e espaços distintos. Esta visão sintética e interessada em levantar polêmicas levou o autor a produzir alguns adjetivos que descrevem o sergipano como “*racista*”, “*fascista*”, “*integralista*” e na melhor das adjetivações “*ingênuo*”.

Estas adjetivações, não condizem com a realidade, à amplitude da obra e a personalidade do intelectual sergipano. Basta fazer uma leitura da biografia sociológica produzida por Ronaldo Conde Aguiar (1999), que seremos convencidos de que não dá para compartilhar com a “*teoria da ingenuidade*” produzida pelo autor de *Identidades do Brasil*. Bomfim foi um intelectual crítico de sua época e que elaborou a sua obra em desacordo com os padrões de verdade dominantes em seu tempo, e que, talvez por isso, tenha sido capaz de captar em seus textos os anseios que outros intelectuais presos aos padrões de verdade e aos critérios de validade de sua época não conseguiram perceber. Ele produziu a consciência possível de seu tempo, tendo como referência uma preocupação dissonante em relação a seus pares intelectuais.

Segundo Aguiar, Bomfim acreditava na importância das utopias, mas definia-se como um utopista e não como um utópico “*o utópico não tem os pés nem as mãos no mundo real. O utopista quer mudar o mundo através da luta consciente e do trabalho*” (AGUIAR, 1999 p 28). Do ponto de vista histórico não é produtivo entender a obra de Bomfim, ou de qualquer outro pensador como ingênuo, pois corremos o risco de criarmos um clichê historiográfico que pouco contribui para o entendimento do autor ou da obra. Neste sentido, Bomfim foi um homem de seu tempo, que se diferenciou por sua sensibilidade de pensar uma história do Brasil, protagonizada por negros, índios, pobres, sertanejos, trabalhadores e operários, com claros matizes democráticos e de inspiração popular, opondo-se aos interesses dominantes em sua época, que pensava o Brasil olhando da parte de cima da pirâmide social.

Parafrazeando Rüsen (2007), podemos dizer que Bomfim não privou a sua vida do necessário exagero da esperança de poder pensar a construção de uma sociedade brasileira

mais humana, justa e igualitária e, por isso, foi capaz de pensar a história pelo filtro da utopia, que tem por característica ser, por princípio, exagerada e constituída por esperanças que vão além do puramente factível aqui e agora. Conforme as próprias palavras de Rüsen, “as utopias são, pois, os sonhos que os homens têm de sonhar com toda a força do seu espírito, para conviver consigo mesmos e com o seu mundo” (RÜSEN, 2007, p. 138). Dessa forma, em um momento pessoal de profunda agonia física, em função das suas precárias condições de saúde, o intelectual sergipano, acreditou na possibilidade de uma revolução como caminho viável para superação dos problemas sociais do Brasil, e despediu-se da vida, assinando um livro que é um grito de protesto contra o conservadorismo das elites brasileiras, que infelizmente até hoje é um traço dominante em nossa sociedade, mesmo tendo se passado quase um século da publicação da última obra de sua trilogia historiográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks 1999.
- BOMFIM, Manoel: *A América Latina: Males de origem* 3 ed. Rio de Janeiro; Topbooks 1993
- _____. *Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* 2 ed.- Rio de Janeiro: Topbooks 1996.
- FILHO, A. A. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988 p 5 a 27.
- HANSEN, P. S. *Brasil um país novo: literatura cívico-patriótica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. 2007. 253f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.
- IGLESIAS, Francisco: *Os historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira*- Ed Nova Fronteira –Rio de Janeiro 2000.
- LAMBERT, Jaques. *Dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHWARZ, Moritz Lilia: *Os Institutos Históricos e Geográficos “Guardiões da História oficial*. In *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Campanha das letras 1993.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Historicismo, Tese, Legado, Fragilidade*. História Revista, 2002.

RÜSEN, J. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da UNB, 2007.

_____. *Razão histórica: teoria da história, os fundamentos da ciência histórica*. Brasília-DF: Editora da UNB, 2001.

SUSSEKIND, Flora. *História e Dependência: Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.